



**ANEFAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
Com o relatório dos auditores independentes

**ANEFAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais .....	6
Demonstrações dos resultados .....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores, Conselheiros e Associados

**ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### *COFINS sobre receita de patrocínio*

Conforme nota explicativa nº 12, a administração e seus assessores jurídicos entendem não serem contribuintes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) sobre as receitas de patrocínio realizado por sócios mantenedores, no entanto, a partir de outubro de 2012 a Associação passou a oferecer a tributação e realizar o recolhimento em juízo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de junho de 2022.

**Crowe Macro Auditores Independentes**  
CRC 2SP033508/O-1



**Rogério Guimarães**  
Contador- CRC1SP336932/O-3



**Fábio Debiaze Pino**  
Contador- CRC1SP251154/O-9

**ANEFAC – Associação dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	624.459	572.381	Obrigações trabalhistas	<b>8</b>	140.361	121.636
Contas a receber	<b>5</b>	265.500	109.900	Obrigações tributárias	<b>9</b>	51.202	26.000
Outros créditos	<b>6</b>	163.987	173.987	Contas a pagar	<b>10</b>	20.532	25.455
		<b>1.053.946</b>	<b>856.268</b>	Receita antecipada	<b>11</b>	280.429	184.540
						<b>492.524</b>	<b>357.631</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	<b>12</b>	753.675	647.653	Provisão para contingências	<b>12</b>	753.675	647.653
Imobilizado	<b>7</b>	34.175	29.840			<b>753.675</b>	<b>647.653</b>
		<b>787.850</b>	<b>677.493</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>13</b>		
				Superávits acumulados		528.477	199.581
				Superávit do exercício		67.120	328.896
						<b>595.597</b>	<b>528.477</b>
<b>Total</b>		<b>1.841.796</b>	<b>1.533.761</b>	<b>Total</b>		<b>1.841.796</b>	<b>1.533.761</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Receitas</b>			
Receita de mantenedores e associados	<b>15</b>	1.499.186	1.509.417
Voluntariado	<b>14</b>	1.749.501	1.528.872
		<b>3.248.687</b>	<b>3.038.289</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	<b>16</b>	(836.302)	(781.797)
Despesas com serviços de terceiros	<b>17</b>	(193.951)	(165.195)
Despesas comerciais e marketing	<b>18</b>	(286.538)	(142.548)
Despesas gerais e administrativas	<b>19</b>	(78.328)	(77.828)
Impostos, taxas e contribuições	<b>20</b>	(1.969)	(2.150)
Voluntariado	<b>14</b>	(1.749.501)	(1.528.872)
		<b>(3.146.589)</b>	<b>(2.698.390)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>102.098</b>	<b>339.899</b>
Resultado financeiro líquido	<b>21</b>	(34.978)	(11.003)
<b>Superávit do exercício</b>		<b>67.120</b>	<b>328.896</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

---

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do exercício	67.120	328.896
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>67.120</u></b>	<b><u>328.896</u></b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em reais (R\$)

<b>Descrição</b>	<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>516.093</b>	<b>(316.512)</b>	<b>199.581</b>
Apropriação do déficit do exercício de 2019	(316.512)	316.512	-
Superávit do exercício de 2020	-	328.896	328.896
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>199.581</b>	<b>328.896</b>	<b>528.477</b>
Apropriação do superávit do exercício de 2020	328.896	(328.896)	-
Superávit do exercício de 2021	-	67.120	67.120
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>528.477</b>	<b>67.120</b>	<b>595.597</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais:</b>		
Superávit do exercício	67.120	328.896
<b>Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais</b>		
Depreciações	7.857	7.266
Provisão para contingência	106.022	105.195
	<u>180.999</u>	<u>441.357</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Contas a receber	(155.600)	50.209
Outros créditos	10.000	(173.587)
Depósitos judiciais	(106.022)	(105.195)
Obrigações trabalhistas	18.725	2.265
Obrigações tributárias	25.202	16.437
Contas a pagar	(4.923)	(11.834)
Receita antecipada	95.889	(111.372)
	<u>64.270</u>	<u>108.280</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativos imobilizados	(12.192)	(6.760)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<u>(12.192)</u>	<u>(6.760)</u>
<b>Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>52.078</u>	<u>101.520</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	572.381	470.861
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	624.459	572.381
<b>Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>52.078</u>	<u>101.520</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

---

### **1. Contexto operacional**

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (“ANEFAC” ou “Associação”) é uma entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção e a difusão de técnicas e metodologias de trabalhos relacionados ao desenvolvimento das Áreas Financeiras, Contabil e de Administração em geral; promoção de intercâmbio intelectual entre seus associados; divulgação de informações de natureza técnica e científica relacionadas com áreas de atuação descritas acima, e outras atividades que vieram a se tornar importantes face as mudanças tecnológicas e que venham ao encontro aos objetivos dos associados.

#### Impactos da pandemia COVID-19

Em razão da pandemia mundial COVID-19 declarada em 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial e que vem enfrentando o Brasil e diversos países do mundo, a ANEFAC ressalta que tem acompanhado as notícias sobre seus impactos econômicos e sociais no mercado brasileiro e internacional.

O comitê de crise da Associação trata do assunto com o objetivo de coordenar ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para a Associação. Neste cenário, a ANEFAC se manteve empenhada em fornecer condições de segurança aos seus empregados, associados, fornecedores e parceiros, mantendo todos tempestivamente informados de quaisquer medidas que os pudessem impactar e atuando na maior parte do ano de 2021 totalmente em home office. A ANEFAC manteve o ritmo de suas atividades no formato digital, similares aos anos anteriores, e a partir do último trimestre de 2021 iniciou a retomada de atividades presenciais, utilizando todas as medidas de segurança necessárias. Dessa forma, não teve impacto relevante em suas demonstrações financeiras. Ressalta-se que foram intensificados os canais de comunicação virtual junto ao mercado e aos associados, com desenvolvimento de podcasts, webinars e transmissões ao vivo de reuniões técnicas e eventos.

### **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as disposições da Resolução do CFC nº 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem finalidade de lucros”.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Associação 09 de junho de 2022.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

#### **(a) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir:

#### **(i) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal, quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as Empresas gerenciam estes investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Associação não possuía instrumentos financeiros derivativos e conseqüentemente também não adotou a prática de *Hedge Accounting*.

#### **(ii) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente o valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

---

Os principais ativos financeiros da Associação incluem: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa n° 4), classificados as valor justo por meio do resultado e contas a receber (nota explicativa n° 5) e outras contas a receber (nota explicativa n° 6), classificados como empréstimos e recebíveis.

### **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Associação transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou “repasse”; e (a) a Associação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Associação não transferir nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Associação tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Associação com o ativo. Nesse caso, a Associação também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Associação manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Associação, dos dois o menor.

### **(iii) Passivos financeiros**

Os principais passivos financeiros da Associação incluem: Contas a pagar (nota explicativa n° 10) e Receita antecipada (nota explicativa n° 11), que estão classificados como empréstimos e financiamentos.

### **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

### **Empréstimos e financiamentos**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **Desreconhecimento (baixa)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

---

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

### **(iv) Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(b) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

A Associação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 2021 e em 2020 a Associação não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos financeiros e não financeiros.

### **(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Registram os numerários disponíveis em caixa, os saldos de contas correntes bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. As aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos, os quais já estão marcados a valores de mercado.

### **(d) Contas a receber**

As contas a receber representam as contribuições e patrocínios a receber e são avaliadas e apresentadas pelo valor de realização. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é analisada e estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

### **(e) Ativo imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (Nota explicativa n° 7).

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

---

### **(f) Ajuste a valor presente**

A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Associação não efetuou nenhum ajuste desta natureza.

### **(g) Provisão para contingências**

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **(i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **(j) Apuração do resultado**

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente do pagamento ou recebimento.

As fontes de recursos para manutenção da Associação são oriundas das contribuições de associados, mantenedores e eventos promovidos.

## **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	1.000	1.000
Bancos conta movimento	10	10
Aplicações financeiras	623.449	571.371
	<u><b>624.459</b></u>	<u><b>572.381</b></u>

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Estão sendo classificadas no caixa e equivalentes caixa por serem aplicações automáticas, com possibilidade de resgate imediato, e não haver risco de mudança de valor caso o mesmo ocorra.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

**5. Contas a receber**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mantenedores	265.500	52.500
Eventos/Transparência	-	57.400
	<u><b>265.500</b></u>	<u><b>109.900</b></u>

**6. Outros créditos**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento à fornecedores	163.987	173.987
	<u><b>163.987</b></u>	<u><b>173.987</b></u>

**7. Ativo imobilizado**

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
			<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>
Imóveis	4%	91.469	(91.469)	-	-	
Moveis e utensílios	10%	64.795	(64.795)	-	-	
Máquinas e equipamentos	10%	20.830	(20.830)	-	-	
Computadores e acessórios	20%	3.461	(1.904)	1.557	2.250	
Equipto. processamento de dados	20%	131.134	(110.493)	20.641	12.912	
Equipamentos telefônicos	10%	6.507	(6.507)	-	-	
Equipamentos de segurança	10%	650	(650)	-	-	
Sistemas/programas	20%	56.682	(44.705)	11.977	14.678	
		<u><b>375.528</b></u>	<u><b>(341.353)</b></u>	<u><b>34.175</b></u>	<u><b>29.840</b></u>	

**Movimentação do exercício de 2021**

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
<b>Custo</b>				
Imóveis	91.469	-	-	91.469
Moveis e utensílios	64.795	-	-	64.795
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	20.380
Computadores e acessórios	3.461	-	-	3.461
Equipto. processamento de dados	118.942	12.192	-	131.134
Equipamentos telefônicos	6.507	-	-	6.507
Equipamentos de segurança	650	-	-	650
Sistemas/programas	56.682	-	-	56.682
<b>Total custo</b>	<u><b>363.336</b></u>	<u><b>12.192</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>375.528</b></u>
(-) Depreciação acumulada	(333.496)	(7.857)	-	(341.353)
<b>Imobilizado líquido</b>	<u><b>29.840</b></u>	<u><b>4.335</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>34.175</b></u>

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

**Movimentação do exercício de 2020**

<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2020</b>
<b>Custo</b>				
Imóveis	91.469	-	-	91.469
Moveis e utensílios	64.795	-	-	64.795
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	20.830
Computadores e acessórios	3.461	-	-	3.461
Equip. processamento de dados	112.182	6.760	-	118.942
Equipamentos telefônicos	6.507	-	-	6.507
Equipamentos de segurança	650	-	-	650
Sistemas/programas	56.682	-	-	56.682
<b>Total custo</b>	<b>356.576</b>	<b>6.760</b>	<b>-</b>	<b>363.336</b>
(-) Depreciação acumulada	(326.230)	(7.266)	-	(333.496)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>30.346</b>	<b>(506)</b>	<b>-</b>	<b>29.840</b>

**8. Obrigações trabalhistas**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PIS sobre folha de pagamento	900	820
FGTS a recolher	5.640	5.127
INSS a recolher	15.759	14.522
Provisão de férias e encargos	118.062	101.167
	<b>140.361</b>	<b>121.636</b>

**9. Obrigações tributárias**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	12.687	11.339
COFINS a recolher	38.515	14.661
	<b>51.202</b>	<b>26.000</b>

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

**10. Contas a pagar**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dell Computadores	5.881	2.704
Showtime	9.228	-
Totvs	1.999	1.550
Talentos - Gp Apoio Empresa	-	2.325
Kenwort Informática	-	1.667
Daniel H De Araujo Consultoria	-	680
Luis Gerardo Rodrigo Rosal	-	2.655
Embratel	-	79
Ribeiro De Oliveira	-	2.500
Glaspremium Comércio de Troféus	-	2.746
Decanter Vinhos Finos	-	2.657
RAP 10 Motoboys	-	1.474
Outras contas a pagar	3.424	4.418
	<u><b>20.532</b></u>	<u><b>25.455</b></u>

**11. Receitas antecipadas**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Associados	110.312	71.407
Mantenedores	72.103	41.030
Inscrições para eventos	98.014	72.103
	<u><b>280.429</b></u>	<u><b>184.540</b></u>

Referem-se a contribuições pagas antecipadamente por associados e mantenedores da Associação, inscrições para eventos, devendo ter realização até o término do exercício seguinte.

**12. Provisão para contingências e depósitos judiciais**

A Associação no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e especialistas, quando aplicável, avalia os assuntos que possam gerar futuras discussões e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 4 de outubro de 2012 a Associação entrou com ação movida contra a União Federal por meio do processo 0017859-23.2012.403.6100 com o intuito de afastar a incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, assim entendidas como aquelas descritas em seu Estatuto como necessárias, auferidas para consecução de suas atividades, desde a entrada em vigor da Medida Provisória 1807-6 /99 com redação mantida pela MP nº 2.158-35, ora vigente, afastando-se as restrições posteriormente impostas pela Instrução Normativa 247 / 2002.

Em 12 de setembro de 2013, a ação foi julgada como improcedente em 1ª instância, foram apresentados embargos a declaratórios requerendo que o juiz se manifestasse sobre os documentos juntados pelo autora, foi negado provimento, dessa forma em 6 de novembro de 2013, a autora interpôs recurso de apelação pleiteando a anulação da sentença, no entanto foi negado o recurso, diante deste fato em 25 de maio de 2015 em face ao acórdão proferido pelo TRF, foi determinado que sobrestamento do efeito até o trânsito em julgado de decisão nos RE's nºs

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

598.085/RJ e 672.215/CE, que versam sobre a matéria na presente demanda. Foi apresentada uma petição informando que o sobrestamento é dispensável, tendo em vista que a matéria discutida nestes recursos se refere as Sociedades Cooperativas. Contudo a Desembargadora manteve a decisão anterior.

Desta forma foi oposto Embargos de Declaração apontando ausência de manifestação do juiz quanto à admissão do RE's e a ilegalidade apontada. A Associação está aguardando julgamento dos embargos.

Para o período de outubro de 2012 a dezembro de 2021 a Associação constituiu uma provisão para prováveis contingências do recolhimento da COFINS referente ao período na mesma proporção ao recolhimento dos depósitos judiciais.

### **Movimentação da provisão para contingência e do depósito judicial em 2021 e 2020**

	<u>Em R\$</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>542.458</b>
Adições	59.515
Atualizações	45.680
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>647.653</b>
Adições	38.133
Atualizações	67.889
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>753.675</b>

### **13. Patrimônio social**

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos desde a data da fundação da Associação.

Se a Associação vier a ser dissolvida, por impossibilidade de funcionamento, a critério da Assembleia Geral, destinará o seu eventual patrimônio remanescente a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade pública a critério da Associação.

### **14. Voluntariado**

Atendendo à resolução nº 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem finalidade de lucros", a qual define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação.

Durante o exercício de 2021 foi registrado para a execução das atividades da Associação um total de 4.766 horas (3.965 em 2020), totalizando R\$ 1.749.501 (R\$ 1.528.872 em 2020).

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

<u>Piso</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor hora</u>	<u>Quantidade horas</u>	<u>Valor voluntariado</u>
Presidente	2021	460,86	540	248.327
Conselheiros	2021	1.184,07	384	454.683
Diretores	2021	272,38	3.842	1.046.491
				<b>1.749.501</b>

<u>Piso</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor hora</u>	<u>Quantidade horas</u>	<u>Valor voluntariado</u>
Presidente	2020	390,44	518	202.250
Conselheiros	2020	1.005,32	684	687.642
Diretores	2020	231,26	2.763	638.980
				<b>1.528.872</b>

**15. Receitas operacionais**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Eventos	276.172	13.670
Patrocínio	633.172	1.076.046
Contribuições Associados	159.593	152.931
Congresso	45.425	-
Mantenedores	422.957	326.285
(-) COFINS sobre receita	(38.133)	(59.515)
	<b>1.499.186</b>	<b>1.509.417</b>

**16. Despesas com pessoal**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários	(542.576)	(486.393)
Encargos sociais	(162.586)	(150.882)
Benefícios	(131.140)	(144.522)
	<b>(836.302)</b>	<b>(781.797)</b>

**17. Despesas com serviços de terceiros**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de auditoria	(15.744)	(18.695)
Serviços de advogados	(2.237)	-
Serviços de consultoria	(2.500)	(31.118)
Serviços de assessoria	(49.298)	(27.500)
Serviços de contabilidade	(591)	-
Serviços de motoboy	(3.334)	(3.418)
Serviços de informática	(88.774)	(65.577)
Serviços gráficos	(15.050)	(17.518)
Serviços diversos	(16.423)	(1.369)
	<b>(193.951)</b>	<b>(165.195)</b>

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

**18. Despesas comerciais e marketing**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Feiras, promoções e eventos	(192.674)	(106.540)
Outras despesas	(93.864)	(35.608)
Propaganda e marketing	-	(400)
	<b>(286.538)</b>	<b>(142.548)</b>

**19. Despesas gerais e administrativas**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Condomínio	(18.187)	(16.921)
Viagens nacionais e internacionais	(7.680)	(10.275)
Energia elétrica e telefonia	(6.551)	(12.716)
Material de consumo geral	(2.291)	(5.881)
Locação de equipamentos	(9.119)	(4.452)
Depreciação	(7.857)	(7.266)
Seguros	(4.696)	(4.289)
Refeições e lanches	(235)	(4.674)
Outras despesas	(21.712)	(11.354)
	<b>(78.328)</b>	<b>(77.828)</b>

**20. Impostos, taxas e contribuições**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
COFINS sobre outras receitas	(227)	(155)
IPTU	(1.099)	(1.168)
IOF	(220)	(257)
Impostos, taxas e contribuições diversas	(423)	(570)
	<b>(1.969)</b>	<b>(2.150)</b>

**21. Resultado financeiro líquido**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b><u>Receitas financeiras</u></b>		
Descontos obtidos	32	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.045	1.938
Juros de clientes	10	-
	<b>2.087</b>	<b>1.938</b>
<b><u>Despesas financeiras</u></b>		
Despesas bancárias	(6.288)	(12.234)
Atualização monetária líquida	(29.757)	(185)
Descontos concedidos	(976)	-
Juros fornecedores	(44)	(522)
	<b>(37.065)</b>	<b>(12.941)</b>
<b>Total do resultado financeiro líquido</b>	<b>(34.978)</b>	<b>(11.003)</b>

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

---

### **22. Aspectos fiscais**

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Associação, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

Quanto à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a Medida Provisória nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou os recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e à manutenção da Associação e à execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, inclusive as receitas decorrentes de patrocínios.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

### **23. Gestão de riscos**

A Associação está exposta através de suas operações aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Como todos os outros negócios, a Associação está exposta a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Associação para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### Objetivos Gerais, Políticas e Processos:

A administração tem responsabilidade geral pela determinação dos objetivos e políticas de gerenciamento de riscos da Associação e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação dos objetivos e políticas para a função de finanças da Associação.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais (R\$)

---

O objetivo geral da administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Associação. Mais detalhes sobre estas políticas são apresentados a seguir.

### **a) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de perda financeira para a Associação se um associado ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros potencialmente sujeitos ao risco de crédito para a Associação consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa, os quais são mantidos com instituições financeiras de crédito respeitável e podem ser resgatados a qualquer momento mediante demanda.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição de crédito máxima. Todo o caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos de primeira linha.

### **b) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Associação não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que elas venham a ser devidas. A política da Associação é assegurar que ela sempre terá dinheiro suficiente para permitir que ele cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação da Associação.

A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumenta.

A Associação monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes. Os passivos financeiros da Associação são compostos por contas a pagar e obrigações trabalhistas e tributárias.

## **24. Cobertura de seguros**

A Associação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

## **25. Eventos subsequentes**

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

\* \* \*